



Ativas Data Center Ltda. - CNPJ/MF nº 10.587.932/0001-36
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Balancos patrimoniais					
ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO	Nota
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.599	16.351	Fornecedores e contas a pagar	15
Contas a receber de clientes	8	16.280	17.293	Arrendamento mercantil - Locação	16
Outras contas a receber com partes relacionadas	11	-	4.251	Empréstimos e financiamentos	17
Tributos a recuperar	9	3.127	1.428	Obrigações sociais e trabalhistas	18
Despesas antecipadas	10	9.812	5.460	Obrigações tributárias	19
Depósitos em garantias e cações		20	19	Outras contas a pagar com partes relacionadas	11
Outros ativos		1.080	1.038	Parcelamento tributário	
Total do ativo circulante		34.918	45.840	Total do passivo circulante	
Contas a receber de clientes	8	1.706	-	Arrendamento mercantil - Locação	16
Tributos diferidos	12	34.325	33.037	Empréstimos e financiamentos	17
Outras contas a receber com partes relacionadas	11	1.343	-	Outras contas a pagar com partes relacionadas	11
Depósitos judiciais	20	123	347	Provisões para riscos	20
Despesas antecipadas	10	656	22	Total do passivo não circulante	
Total do realizável a longo prazo		38.153	33.406	Patrimônio líquido	
Intangível	14	341	341	Capital social	21
Imobilizado	13	73.262	61.130	Reserva de capital	
Direito de uso	16	907	1.218	Prejuízo acumulado	
Total do ativo não circulante		112.470	96.095	Total do patrimônio líquido	
Total do ativo		147.388	141.935	Total do passivo e do patrimônio líquido	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Ativas Data Center Ltda. ("Empresa") é uma entidade domiciliada no Brasil. Sua sede e parque tecnológico encontram-se na Rua Agênio Araújo, 20, Bairro Camargos, Belo Horizonte - MG, e possui escritórios comerciais em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba. A Empresa tem como objeto social: i. A prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física de ambientes de tecnologia da informação; ii. O armazenamento de base de dados e site-backup; iii. A prestação de serviços profissionais de Segurança da Informação e disponibilidade; iv. A prestação de serviços de consultorias em TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação e conectividade com venda de acesso e banda internet; v. O licenciamento e cessão de direito de uso de programas de computação. A Empresa atua como uma MSP ("Managed Service Provider") e oferece plataforma completa de infraestrutura e serviços de gestão de TI, conforme detalhado abaixo: • "Cloud": soluções em nuvem capazes de suportar as mais diversas aplicações. • Infraestrutura: soluções de infraestrutura com alta disponibilidade e redundância, indicada para empresas que necessitam manter suas operações em um ambiente seguro, confiável e escalável. • Serviços Gerenciados: são alternativas para ter um ambiente de TI administrado por especialistas, independentemente da localização. • "Cybersecurity": solução para eliminar possíveis ameaças, controlando tentativas de fraudes e invasões. • Site "Operation": maximização da confiabilidade da infraestrutura tecnológica de empresas que possuem Data Center próprio. Em 19 de outubro de 2016, foi concluída a entrada do novo sócio estratégico, Sonda Prowork Outsourcing Informática Ltda. ("Sonda"), no quadro de acionistas da Empresa. A transação foi concluída após aprovação do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, bem como cumprimento das demais obrigações precedentes. A Sonda assumiu o controle acionário na Empresa, sendo detentora de 60% das ações. Em maio de 2021, a Sonda adquiriu da Ativas Participações S.A. o percentual adicional de 20,40%, totalizando 80,40% o percentual de participação direta na Ativas Data Center Ltda. Em novembro de 2022, a Sonda Prowork Informática Ltda., a qual incorporou a Sonda Prowork Outsourcing Informática Ltda., adquiriu os 19,60% restante, totalizando 100,00% do percentual de participação na Ativas Data Center Ltda. Como parte do processo de fortalecimento de sua atuação no setor e equilíbrio financeiro, a administração da Empresa colocou em prática um plano abrangente composto por diversas medidas para o estabelecimento de seu equilíbrio financeiro e patrimonial e consequente lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações, que refletiram diretamente nos resultados de 2023. Dentre as principais ações, destacam-se: Alteração societária: Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária registrada na JUCESP em 23 de janeiro de 2023, foi aprovada a transformação da sociedade anônima Ativas Data Center S.A. em uma sociedade limitada sob a denominação Ativas Data Center Ltda. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório - *International Financial Reporting Standards* (IFRS). A administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, estão evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 5. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 02 de abril de 2025. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"), sendo que, quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, ela é convertida para o real (R\$) na data do fechamento. **3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o sub-total do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **b) Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **4. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa da Empresa compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. **b) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Empresa (nota explicativa 8). Se o prazo de recebimento é equivalente a 1 ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros reduzida pelas estimativas de perdas esperadas, a título de perdas de créditos esperadas (PCE). **c) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre: ativos; passivos; os valores contábeis das demonstrações financeiras; e sobre o prejuízo fiscal/base negativa. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação/desse créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social foramapurados na Demonstração do Lucro Real e são controlados na parte B do LALUR, conforme cada período, podendo o lucro líquido contábil mais adições, menos exclusões e compensações, podendo ser compensados independentemente de qualquer prazo, desde que observado em cada período de apuração o limite de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de existência de lucro

tributável futuro. **d) Outros ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido das depreciações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente depreciado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente, quando aplicável. A Empresa revisa anualmente a vida útil dos itens do imobilizado. As taxas médias de depreciação estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa média de depreciação	
Edifícios e benfeitorias	20%
Veículos	60%
Máquinas equipamentos	33%
Informática e Hardware	33%
Outros	20%

A Empresa aplica julgamentos na avaliação e na determinação das vidas úteis remanescentes dos ativos. Entre outros temas, essas avaliações incluem: i. comparação com as tendências de outras empresas do setor; ii. análises de eventual defasagem tecnológica; iii. obsolescência; e iv. necessidade de renovação dos equipamentos, imposta pelos clientes. **f) Intangível: Software e licenças:** Os *softwares* adquiridos de terceiros são mensurados pelo valor pago na aquisição e amortizados pelo método linear. **Marcas e patentes:** Marcas e patentes que possuem vida útil finita estão contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida útil esperada do bem. **Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** A Empresa efetua análises sobre a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Empresa estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: i. seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e ii. seu valor de uso. Isto é, equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos tributos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Empresa reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*impairment* ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período. Caso não seja determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

g) Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 1 ano; caso contrário, são classificadas no passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **h) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, o qual é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a Empresa e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **i) Provisões para riscos:** As provisões para causas judiciais (trabalhista, civil e de tributos indiretos) são reconhecidas quando: i. a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii. é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii. o valor tiver sido estimado com segurança. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **j) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros da Empresa são contabilizados a valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos classificados como instrumento de *hedge* efetivo, conforme o caso. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo diretamente relacionado à transação. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivo financeiro a valor justo por meio de resultado:** Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*. Os juros, variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **Custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. **Compensação de instrumentos financeiros (apresentação líquida):** Não é permitida a apresentação líquida entre ativos e passivos financeiros no balanço patrimonial, exceto se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **k) Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados no curso normal das atividades da Empresa, que possuem origem em acordos comerciais de prestação de serviços de tecnologia e informática e, assim como o desenvolvimento de software, a entrega está prevista em contrato. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Pronunciamento Técnico CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. Substitui todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC. A nova norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com esse pronunciamento, a receita deve ser reconhecida por um valor que reflète a contrapartida a que a Empresa espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **l) Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao

Demonstrações dos resultados			
	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	22	114.434	118.953
Custos das mercadorias e serviços prestados	23	(103.603)	(107.480)
Lucro bruto		10.831	11.473
Comerciais	24	(98)	373
Administrativas	25	(4.546)	(5.596)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquido	26	(4.133)	(1.895)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		2.054	4.355
Receitas financeiras	27	1.295	1.568
Despesas financeiras	27	(7.137)	(3.494)
Financeiras líquidas		(5.842)	(1.926)
Resultado antes dos impostos		(3.788)	2.429
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	-	(728)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	1.288	20.400
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(2.500)	22.101

Demonstrações dos resultados			
	2024	2023	
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.500)	22.101	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	(2.500)	22.101	

Demonstrações dos resultados				
	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	182.063	268.763	(373.408)	77.418
Lucro líquido do exercício	-	-	22.101	22.101
Saldos em 31 de dezembro de 2023	182.063	268.763	(351.307)	99.519
Prejuízo do exercício	-	-	(2.500)	(2.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	182.063	268.763	(353.807)	97.019

VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* A Empresa avalia o objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas, que envolvem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Empresa; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como esses riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados, por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras; e • As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento, as quais não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao efetuar essa avaliação, a Empresa considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou, ainda, seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos, ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, além de não reter o controle sobre esse ativo. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa desse passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Capital social:** As quotas da Empresa são classificadas como patrimônio líquido. **m) Redução ao valor recuperável (*impairment*): (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e Ativos de contrato. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos a seguir, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 (doze) meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 (trinta) dias de atraso. A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 (noventa) dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidências objetivas de que

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto				
	Nota	2024	2023	Controladora
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(2.500)	22.101	
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações		14.262	16.029	
Reversão perdas de créditos esperadas	24	(213)	(260)	
Reversão para processos judiciais	26	2.073	1.323	
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos e arrendamentos		6.533	917	
Custo residual de ativos imobilizados baixados		214	299	
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(1.288)	(19.672)	
Variações nos ativos e nos passivos (Aumento) ou diminuição dos ativos				
Contas a receber		(480)	5.045	
Tributos a recuperar		(1.699)	1.010	
Despesas antecipadas		(4.986)	-	
Outros ativos		(42)	(1.121)	
Outras contas a receber com partes relacionadas		2.908	(1.076)	
Depósitos judiciais		224	-	
Depósitos em garantias e cações		(1)	-	
Aumento ou (diminuição) dos passivos				
Fornecedores e contas a pagar		2.495	(8.360)	
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.336)	(1.317)	
Obrigações tributárias		4	-	
Parcelamento tributário		432	-	
Provisões para riscos		(1.590)	(15)	
Outras contas a pagar com partes relacionadas		(1.394)	-	
Caixa utilizado nas atividades operacionais		13.616	15.903	
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(102)	
Juros pagos de empréstimos e arrendamentos		(3.241)	(793)	
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		10.375	15.008	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de empréstimos a empresas ligadas		-	6.791	
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	29	(11.013)	(1.471)	
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos		(11.013)	5.320	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de arrendamento	16	(337)	(498)	
Amortização de empréstimos e financiamentos	17	(10.777)	(7.214)	
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(11.114)	(7.712)	
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(11.752)	12.616	
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro		16.351	3.735	
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		4.599	16.351	
		(11.752)	12.616	

ativos financeiros tiveram problemas de recuperação incluem os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; e a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, as quais são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs, ou grupos destas, em que se espera que se beneficiarão das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa



Valor justo versus valor contábil		2024		2023	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor justo	
Passivos					
Pelo custo amortizado					
Fornecedores	15	7.461	7.461	5.390	
Outras contas a pagar com partes relacionadas	11	20	20	1.414	
Arrendamento Mercantil – Locação	16	1.110	1.110	998	
Empréstimos e financiamentos	17	26.870	26.870	19.289	
b) Mensuração do valor justo: As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 1, 2 e 3, assim como os <i>inputs</i> significativos não observáveis utilizados:					
Hierarquia do valor justo					
Ativos	Nota	Valor justo em 2024	Nível 1	Nível 2	
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.599	515	4.084	
Passivos					
Arrendamento mercantil – locação	16	1.110	–	1.110	
Empréstimos e financiamentos	17	26.870	–	26.870	
Hierarquia do valor justo					
Ativos	Nota	Valor justo em 2023	Nível 1	Nível 2	
Caixa e equivalentes de caixa	7	16.351	2.027	14.324	
Passivos					
Arrendamento Mercantil – Locação	16	998	–	998	
Empréstimos e financiamentos	17	19.289	–	19.289	
• Nível 1: são classificados neste nível caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras. • Nível 2: são classificados neste nível Certificados de Depósitos Bancários (CDB), emitidos por instituições financeiras, sendo o valor justo representado pelos juros da operação, apropriado <i>pro rata die</i> . • Nível 3: nenhum instrumento financeiro foi classificado neste nível. c) Gerenciamento dos riscos financeiros: A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: - Risco de crédito (i); - Risco de liquidez (ii); e - Risco de mercado (iii). Estrutura do gerenciamento de risco: A administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa. Sendo assim, a administração é responsável pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos por ela enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa, a qual, por meio de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seus papéis e suas obrigações. (f) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Contas a receber e outras recebíveis: A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país onde o cliente opera. A administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Empresa apresentar sua proposta de limite de crédito e o termo de pagamento. A revisão efetuada pela Empresa inclui <i>ratings</i> externos, quando disponíveis, e em alguns casos, referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da administração; esses limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Empresa somente poderão operar com ela em base de pagamentos antecipados. No monitoramento do risco de crédito dos clientes, estes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoas físicas ou jurídicas, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, bem como sua localização geográfica, a indústria em que atuam, o perfil de idade, a maturidade e a existência de dificuldades financeiras no passado. Clientes classificados como de “alto risco” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela administração, sendo suas vendas futuras efetuadas com base em pagamentos antecipados. A Empresa registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a Contas a receber e outros recebíveis. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:					
Exposição a riscos de crédito					
Ativos	Nota	2024	2023		
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.599	16.351		
Contas a receber de clientes	8	17.986	17.293		
Outros ativos		1.080	1.038		
Outras contas a receber com partes relacionadas	11	1.343	4.251		
		25.008	38.933		
Contas a receber e outras contas a receber: A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país onde operam. A Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de <i>rating</i> . A Empresa registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a “Contas a receber” e “Outras contas a receber” (nota explicativa 8). A administração dos valores em atraso há mais de 30 (trinta) dias não incorre em perda por redução ao valor recuperável. Essas análises se baseiam em um histórico de comportamento de pagamento e em extensas análises dos riscos de crédito de seus respectivos clientes, incluindo avaliações de crédito destes, quando disponíveis. Caixa e equivalentes de caixa: A Empresa detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 4.599 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 16.351 em 31 de dezembro de 2023). O “Caixa e equivalentes de caixa” é mantido com bancos e com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de <i>rating</i> . (ii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco no qual a Empresa encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é a de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. A Empresa gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mantendo a estrutura de capital sustentada por ativos financeiros, recebíveis imobiliários e estoque de unidades, o que permite um elevado grau de alavancagem. Adicionalmente, a Empresa monitora os ativos e os passivos para mitigar os riscos de eventuais descasamentos. A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo-se pagamentos de juros estimados e excluindo-se o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:					
31 de dezembro de 2024	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	Acima de 1 a 2 anos	Acima de 2 a 4 anos
Fornecedores	15	7.461	7.461	–	–
Arrendamento mercantil – Locação	16	1.110	358	752	–
Empréstimos e financiamentos	17	26.870	12.463	13.150	1.257
		35.441	20.282	13.902	1.257
31 de dezembro de 2023	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	Acima de 1 a 2 anos	Acima de 2 a 4 anos
Fornecedores	15	5.390	5.390	–	–
Arrendamento mercantil – Locação	16	998	278	720	–
Empréstimos e financiamentos	17	19.289	7.515	5.797	5.977
		25.677	13.183	6.517	5.977
Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. (iii) Risco de mercado: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a tais riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Empresa utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Risco cambial: A Empresa está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, as compras e os empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais da Empresa. A moeda funcional da Empresa é basicamente o real (R\$). Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a política da Empresa é garantir que sua exposição líquida seja mantida a um nível aceitável, por meio da compra ou venda de moedas estrangeiras com base em taxas à vista, quando necessário, para cobrir instabilidades de curto prazo. Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade de a Empresa estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou seus passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando à mitigação deste tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros pós-fixados era:					
Instrumentos de taxa variável		Taxa	Nota	2024	2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações Financeiras		CDI		4.084	14.324

Análise de sensibilidade para exposição a taxas de juros: Todas as aplicações financeiras da Empresa estão atreladas ao CDI. A Empresa não apresentou análise de sensibilidade para exposição a taxas de juros pelo fato de o valor ser irrelevante. Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa. O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, buscar eficácia de custos, além de evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz. Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do credor e do mercado e garantir o desenvolvimento futuro do negócio.			
Dívida líquida	2024	2023	
Empréstimos e financiamentos	26.870	19.289	
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4.599)	(16.351)	
Endividamento líquido	22.271	2.938	
7. Caixa e equivalentes de caixa			
	2024	2023	
Caixa	5	65	
Bancos conta movimento	510	1.962	
Aplicações financeiras	4.084	14.324	
	4.599	16.351	
A Empresa considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes de contas de caixa, banco e aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias da data de contratação, resgatáveis sem qualquer carência. A Empresa tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha, além de alta liquidez. Dessa forma, as aplicações são substancialmente remuneradas com base em 10% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A exposição da Empresa a riscos de taxas e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa 6.			
8. Contas a receber			
	2024	2023	
Faturas a receber	9.024	10.391	
Contratos de <i>leasing</i>	2.141	-	
Receitas a faturar	6.911	7.205	
	18.076	17.596	
Perdas de créditos esperadas ("PCE")	(90)	(303)	
	17.986	17.293	
Ativo circulante	16.280	17.293	
Ativo não circulante	1.706	-	
11. Outras contas a receber e outras contas a pagar com partes relacionadas			
	País	Moeda	
Sonda S.A.	Chile	Pesos	
Sonda do Brasil Ltda.	Brasil	Reais	
Sonda Procwork Informática Ltda.	Brasil	Reais	
CTIS Tecnologia Ltda.	Brasil	Reais	
Sonda Infovia	Brasil	Reais	
Telsinc Com. e Equip. de Inf. Ltda.	Brasil	Reais	
Sonda Cidades Inteligentes	Brasil	Reais	
Circulante			
Não circulante			
Remuneração da administração: A remuneração e os benefícios da Diretoria executiva totalizaram R\$ 1.776 em 2024 (R\$ 1.461 em 2023). 12. Tributos diferidos: Os valores de imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias. Esses créditos são mantidos no ativo e passivo não circulante. Os valores estão demonstrados abaixo:			
	2023	Resultado	2024
Prejuízos fiscais e base negativa	112.372	2.265	114.637
Provisão para perdas	(82.674)	-	(82.674)
	29.698	2.265	31.963
Diferenças temporárias			
Ativo			
Contingências	1.308	151	1.459
Depreciações e amortizações	1.630	(96)	1.534
Provisão para perdas de créditos esperadas	103	(72)	31
	3.041	(17)	3.024
Passivo			
Devedores PC Utility	-	(626)	(626)
Outras	298	(334)	(36)
	298	(960)	(662)
	3.339	(977)	2.362
Total	33.037	1.288	34.325
A Empresa elabora anualmente estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados, de acordo com as expectativas da administração, considerando a continuidade da Empresa, e reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível. Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a administração estima realizar o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, conforme abaixo:			
13. Imobilizado			
	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Veículos
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.000	45.855	97
Adições	-	-	199
Transferências	-	-	-
Baixas	-	(37)	(299)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.000	45.818	97
Adições	-	-	14
Transferências	-	-	-
Baixas	-	-	(15.707)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.000	45.818	97
b. Depreciação acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(17.507)	(18)
Depreciação do exercício	-	(747)	(19)
Transferências	-	-	-
Baixas	-	37	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(18.217)	(37)
Depreciação do exercício	-	(747)	(19)
Transferências	-	-	-
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(18.964)	(56)
Valor contábil líquido			
Em 31 de dezembro de 2023	5.000	27.601	60
Em 31 de dezembro de 2024	5.000	26.854	41
14. Intangível			
	Softwares Adquiridos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.280	10.280	
Adições	(257)	(257)	
Transferências	(8.214)	(8.214)	
Baixas	1.809	1.809	
Adições	-	-	
Transferências	-	-	
Baixas	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.809	1.809	
Adições	(9.638)	(9.638)	
Transferências	(301)	(301)	
Amortização acumulada	257	257	
Baixas	8.214	8.214	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.468)	(1.468)	
Amortização do exercício	(193)	(193)	
Transferências	-	-	
Baixas	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.661)	(1.661)	
Valor contábil líquido			
Em 31 de dezembro de 2023	341	341	
Em 31 de dezembro de 2024	148	148	
15. Fornecedores e contas a pagar			
	2024	2023	
Serviços	7.461	5.390	
	7.461	5.390	

Composição por segmento			2024	2023
Serviços digitais			14.199	8.442
Aplicações Enterprise			–	4.942
Multi-indústrias			1.827	1.300
Comércio de varejo			–	791
Cidades inteligentes e mobilidade			77	25
Suporte			–	22
Serviços de utilidade pública			1.973	1.925
Distribuição Software			–	149
Total			18.076	17.596
Clientes por tipo			2024	2023
Privado – Pessoa jurídica e física			17.392	16.869
Público			684	727
Total			18.076	17.596
Clientes por vencimento			2024	2023
A vencer			17.467	17.121
Vencidos:				
1 – Até 30 dias			329	168
2 – De 31 a 60 dias			3	26
3 – De 61 a 90 dias			235	258
4 – De 91 a 120 dias			3	–
5 – De 121 a 180 dias			6	–
6 – De 181 a 365 dias			10	–
7 – Acima de 365 dias			23	23
Total			18.076	17.596
A movimentação das perdas de créditos esperadas no exercício está assim demonstrada:				
	2024	2023		
No início do exercício	(303)	(562)		
Adições (constituição)	(339)	(152)		
Baixas (reversões)	552	411		
No final do exercício	(90)	(303)		
9. Tributos a recuperar				
	2024	2023		
PIS e COFINS	1.072	627		
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica	995	131		
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido	474	114		
Outros impostos	586	556		
Total	3.127	1.428		
10. Despesas antecipadas				
	2024	2023		
Licença	5.949	3.255		
Manutenção e Suporte técnico	4.338	2.103		
Seguros	158	33		
Outras despesas antecipadas	23	13		
Serviços em andamento	–	78		
	10.468	5.482		
Ativo circulante	9.812	5.460		
Ativo não circulante	656	22		

31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
401	–	–	–	–	–
462	7	1.582	978	(526)	2.567
236	11	10.129	2.807	(781)	9.363
244	1	1.679	282	(84)	921
–	–	–	68	–	65
–	1	(151)	98	(1)	273
–	–	72	18	(22)	49
1.343	20	13.311	4.251	(1.414)	13.238
–	–	–	4.251	(1.414)	–
1.343	20	–	–	–	–

Ano		Valor – R\$
2025		1.063
2026		882
2027		1.910
2028		2.949
2029		4.509
2030		4.800
2031		5.328
2032		5.910
2033		6.557
2034		1.079
Total		34.987
Conciliação com resultado: A conciliação do imposto de renda e contribuição social com o resultado diferidos no resultado pode ser demonstrada por:		
	2024	2023
Resultado antes dos impostos	(3.788)	(2.429)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	1.288	(826)
Diferenças permanentes	–	–
Recuperação Despesa Lei do Bem / Outros	–	188
Prejuízo fiscal constituído (não constituído) pela ausência de projeções de lucros tributáveis	–	19.308
Outras diferenças permanentes	–	1.002
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	(728)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.288	20.400
Alíquota fiscal efetiva	34%	810%

os e rias	Veículos	Máquinas Equipamentos	Informática e Hardware	Outros	Total
855	97	11.048	144.826	7.853	214.678
–	–	199	8.775	4	8.978
–	–	–	–	–	–
(37)	–	–	(299)	(858)	(1.194)
818	97	11.247	153.302	6.999	222.461
–	–	14	26.036	54	26.104
–	–	–	–	–	–
–	–	–	(15.707)	(2)	(15.709)
818	97	11.261	163.631	7.051	232.858
–	–	–	–	–	–
507	(18)	(7.795)	(114.881)	(6.681)	(146.882)
(17)	(19)	(588)	(13.558)	(434)	(15.346)
–	–	–	–	–	–
37	–	–	–	858	895
217	(37)	(8.383)	(128.439)	(6.257)	(161.333)
(17)	(19)	(579)	(12.060)	(353)	(13.761)
–	–	–	–	–	–
–	–	–	15.493	2	15.495
964	(56)	(8.962)	(125.006)	(6.608)	(159.596)
601	60	2.864	24.863	742	61.130
854	41	2.299	38.625	443	73.262

16. Direito de uso e arrendamento mercantil – Locação: A movimentação do direito de uso durante o exercício foi a seguinte: Movimentação do direito de uso:		Valor
Custo contábil		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		4.164
Adições		–
Transferências		–
Baixas		(1.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.773
Adições		–
Transferências		–
Baixas		–
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.773
Depreciação acumulada		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		(2.564)
Depreciação do exercício		(382)
Baixas		1.391
Saldo em 31 de dezembro de 2023		(1.555)
Depreciação do exercício		(311)
Baixas		–
Saldo em 31 de dezembro de 2024		(1.866)
Valor contábil líquido		
Em 31 de dezembro de 2023		1.218
Em 31 de dezembro de 2024		907



26. Outras receitas e despesas operacionais líquidas

	2024	2023
Contingências	(2.073)	(1.323)
Perdas com depósitos judiciais	(2.239)	(478)
Outras receitas (despesas) operacionais	82	(94)
Gastos com reestruturação	97	-
	(4.133)	(1.895)

27. Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Juros sobre mútuos	797	1.213
Rendimento sobre aplicações	446	269
Juros sobre recebimento de clientes	27	27
Juros sobre leasing	17	-
Outras receitas financeiras	4	26
Atualização monetária ativa	-	17
Varição cambial ativa	4	16
	1.295	1.568

Despesas financeiras

Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.003)	(2.961)
Desconto Concedido	(405)	(211)
Impostos sobre operações financeiras	(34)	(91)

	2024	2023
Juros e multa de mora por atraso	(7)	(19)
Atualização monetária passiva	-	(15)
Outras despesas financeiras	(688)	(197)
	(7.137)	(3.494)
	(5.842)	(1.926)

28. Cobertura de seguros (não auditado): A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Empresa possui cobertura de seguros no valor de R\$ 218.187 em infraestruturas (Property), e o GRUPO SONDA possui as seguintes coberturas de seguros no valor de R\$ 8.000 para Responsabilidade Civil Profissional, R\$ 10.000 para Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), R\$ 20.000 para Responsabilidade Civil para Administradores (E&O) e R\$ 70.000 para Cyber Segurança. Adicionalmente, foram contratados seguros para garantia de obrigações contratuais em 2024 e 2023, demonstrados abaixo:

	2024	2023
Garantia de obrigações contratuais	5.827	682

29. Transações que não envolvem caixa: a) **Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2). b) **Imobilizado:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa adquiriu ativo imobilizado no montante de R\$ 26.104 (R\$ 8.978 em 2023), dos quais R\$ 15.091 (R\$ 7.507 em 2023) não são itens de caixa.

Diretoria

Ricardo Scheffer - CEO SONDA no Brasil
Jorge David Ramirez Scott - CFO

Frederico Gustavo de Assis Silva
Gerente de Contabilidade - CRC/MG 088418/O-3 T-DF

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs. Diretores e Quotistas da **Ativas Data Center Ltda.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Ativas Data Center Ltda.** ("ATIVAS" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as cor-

respondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ativas Data Center Ltda.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas con-

tábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, conforme os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, cessar suas operações, ou não tenha qualquer alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria efetuada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo

profissional ao longo dos trabalhos. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações efetuadas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se estas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de abril de 2025.
PP&C Auditores Independentes - CRC2SP16.839/O-0
Giácomo Walter Luiz de Paula - CRC1SP243.045/O-0 - Contador
Ana Gabriela Maia Alves - CRC1SP 289.432/O-5 - Contadora

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/E8A8-E5AA-5E3A-F091> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E8A8-E5AA-5E3A-F091



Hash do Documento

+Gx3vaVOwELHqY8qqjlu6vEBc5xyXs+iCfRpDmproLA=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/04/2025 é(são) :

☒ Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 28/04/2025 21:56

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

